



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.
Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

A ALDEIA SAKRÊPRA FUNIL: AS MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL ENTRE O VISÍVEL E O INVISÍVEL

Maria Helena Cariaga¹
Rosemary Negreiros Araujo²

Resumo: Este artigo é fruto de uma experiência realizada na Aldeia Sakrêpra Funil, do povo indígena Akwê-Xerente, que vive em duas áreas demarcadas no município de Tocantínia (TO), com o objetivo de conhecer a realidade social das famílias no tocante às políticas sociais que elas mais acessam e aquelas de que mais necessitam. Os resultados indicam as maiores dificuldades: transportes, estradas e também o acesso à saúde, aos medicamentos e ao atendimento de assistência social.

Palavras-chave: Povo Akwê-Xerente. Aldeia Sakrêpra Funil. Políticas de saúde e assistência social.

Abstract: This article is the result of an experiment carried out in the Sakrêpra Funil village, of the Akwê-Xerente indigenous people, living in two areas marked in the municipality of Tocantínia (TO), with the objective of knowing the social reality of families with regard to social policies that and those who need it most in the village. The results indicate the greatest difficulties, transport, roads and also access to health, medicines and social assistance.

Keywords: Akwê-Xerente people; village Sakrêpra Funil; health policies and social assistance.

Introdução

Este artigo é resultado de uma vivência realizada na Aldeia Sakrêpra Funil a partir de visita local, no segundo semestre de 2018, com as alunas do curso de Especialização em Serviço Social e Política Social na disciplina da Política Social. Teve por objetivo uma aproximação das discentes com a aldeia indígena do povo Xerente para proporcionar-lhes o conhecimento da realidade social das famílias indígenas e também um debate sobre o alcance das políticas setoriais e as intervenções possíveis dos assistentes sociais nessa comunidade indígena.

A metodologia utilizada partiu da necessidade encontrada no citado curso de especialização. Nesse sentido, a proposta foi à realização de uma entrevista social pelas alunas nas casas da aldeia, cujo material consistiu em um roteiro de entrevista semiestruturada para direcionar a conversa com as famílias em suas casas, de modo a conhecer a realidade das famílias sobre as políticas sociais que mais usam e as que

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: mhcarriaga@uft.edu.br.

² Professor com formação outra áreas, Universidade Federal do Tocantins, E-mail: mhcarriaga@uft.edu.br.

mais necessitam na aldeia. Esta pesquisa é considerada como qualitativa e de aproximação com as famílias indígenas.

A observação é também uma técnica muito usada para dar suporte à fonte primária que deverá ser aplicada junto aos sujeitos envolvidos. Essa estratégia da observação é calcada no fato de o pesquisador já possuir uma bagagem científica, de valores e também de instrumentais, que lhe permitem perceber, com a acuidade necessária, a realidade pesquisada. Na observação, o pesquisador precisa deter um conhecimento antecipado dos aspectos políticos e legais norteadores da situação, do local e ser observado e estar atento aos aspectos relacionais, às tradições, aos costumes, às ideias, às motivações e aos sentimentos dos sujeitos, para a compreensão de aspectos importantes das práticas por eles vivenciadas (MINAYO, 1999, p. 138).

Aspectos históricos da aldeia Funil e sua particularidade

Os Xerente, autodenominados *Akwẽ* (gente importante), linguisticamente pertencem ao tronco Macro-Jê e formam, com os Xavantes e com os Xacriabás, a família linguística Jê Central. Vivem atualmente em duas Terras Indígenas (TI), a TI Xerente e a TI Funil, já demarcadas. Antes da primeira demarcação, porém, ocorrida na década de 1970, a luta pela sobrevivência foi bastante difícil (MELO & GIRALDIN, 2012), tendo a população ficado bastante reduzida, quase em extinção, situação que foi revertida posteriormente.

A Aldeia Funil, situada na área de mesmo nome, é uma das aldeias Xerente mais antigas. Seu nome deriva do córrego Funil, que atravessa parte da aldeia, situada à margem do Tocantins (Kâmã), a uma distância de cerca de 3 km, e tem uma população de 227 habitantes, distribuída em aproximadamente 48 famílias. A aldeia é bem movimentada, com um movimento de ir e vir muito intenso durante o dia, devido à sua proximidade com a cidade de Tocantínia (15 km). Bem próximo a essa aldeia e às demais aldeias que ficam na TI Funil, há um trecho da TO 010, que provoca um fluxo de veículos diariamente cortando o território indígena. Esse fato já foi motivo de diferentes conflitos entre o povo dessa aldeia que não concorda unanimemente que o trecho seja asfaltado (ARAÚJO, 2016).

É da tradição dos *Akwẽ* construir suas roças nas imediações das aldeias, junto a ribeirões e córregos próximos à matas-galeria. Outro tipo de roça muito utilizada pelos Xerente é feita junto à margem do rio Tocantins, porém a construção da Hidrelétrica de Lajeado acarretou a ausência de vazantes, dificultando o trabalho com

esse tipo de roça. Em contrapartida, com o dinheiro da indenização, foram criados projetos, dentre eles as áreas de roças mecanizadas, as quais atualmente estão degradadas, necessitando de um projeto de reflorestamento. Além disso, a caça e a pesca estão escassas (ARAÚJO, 2016).

Observa-se que a pesca, que já foi de suma importância como fonte de alimentação para os Xerente, tem declinado progressivamente com o passar dos anos, devido ao impacto de grandes obras (barragens, hidrelétricas) realizadas no rio Tocantins. A caça também tem sofrido escassez constante em virtude das pressões sobre os recursos naturais. Outros recursos são obtidos por meio da previdência, o que possibilita a compra de produtos para consumo, já que muitos habitantes não podem mais manter o ritmo de trabalho na roça ou não dispõem de meios necessários. E ainda há uma parcela considerável dessa população que acessa recursos de política de transferência e distribuição de renda por meio do Programa Bolsa Família³ (SILVA et al., 2015).

Parte dos segmentos residenciais dos Xerente atualmente obtém recursos financeiros em cargos conquistados junto à Funai (motoristas, ajudantes de postos) e ao Estado (professores indígenas, agentes de saúde), ou provenientes da aposentadoria dos mais velhos. Outra fonte de renda é a venda de artesanato, mesmo que seja alvo de desvalorização do preço dos produtos, além da diminuição do capim dourado e ainda a ausência de políticas de fomento, tornando a atividade limitada (SILVA et al, 2015).

Após 1988, ano da criação do estado do Tocantins, observou-se um processo de expansão e criação de aldeias, fomentado pelo tradicional faccionalismo Xerente (Schoreder, 2006) e ampliado pela disputa por acesso a recursos provenientes de programas e ações do governo. Com essa nova espacialização, o surgimento de novos territórios indígenas mostra ainda a força do povo Xerente, mesmo diante das tentativas de tomada da terra. Por outro lado, indica um descompasso entre esse processo de ampliação das aldeias e a capacidade de o Estado atender às necessidades básicas, como energia, água encanada e outros serviços. Dessa forma, o que ocorre, na verdade, é uma espacialização, que exige aplicação das políticas do Estado, do ponto de vista das políticas públicas (ARAÚJO, 2016, p. 146).

³ De acordo com ARAÚJO (2016), o Cadastro Único registrou, em 2014, um total de 1.711 famílias beneficiadas. Das 730 famílias indígenas do município de Tocantínia, 702 foram cadastradas no cadastro único. Destas, 637 foram beneficiárias do PBF.

Ressalte-se ainda que o crescimento econômico vivenciado pelo estado do Tocantins, certamente representou alguns avanços para uma parcela significativa da população. Contudo, a despeito de os dados oficiais da Funai apresentarem uma expressiva área indígena demarcada, nesse estado as expansões do agronegócio, com a construção da UHE, de obras e rodovias, ameaçam e impactam as populações indígenas, colocando em risco as condições para sua sobrevivência e reprodução social (LIMA, 2016, p. 120).

No estado do Tocantins, as políticas de desenvolvimento do agronegócio trazem uma imensa incerteza para os territórios indígenas e as comunidades tradicionais, considerando o que se segue:

Os povos indígenas e as comunidades tradicionais têm uma relação de profundo respeito pela natureza, da qual dependem para a própria sobrevivência. O atual modelo de “desenvolvimento” fundamentado na exploração ilimitada dos bens comuns evidencia que estamos nos condenando à destruição. Para os representantes do agronegócio, no entanto, os povos tradicionais significam obstáculos a este “desenvolvimento”. Por isso, para eles, estas populações precisam ser expulsas ou eliminadas. (CIMI, 2016, p. 1).

O Tocantins, incluído entre os estados que compõem a nova fronteira agrícola, através do MATOPIBA, representa o acirramento de disputas e violações de direitos, uma vez que o avanço da produção do agronegócio além de agredir severamente a natureza, não respeita os diversos modos de vida nem a autonomia de povos e comunidades tradicionais. Nessa lógica de “desenvolvimento”, os ricos ficam cada vez mais ricos, e os pobres, mais pobres e também mais dependentes.

As aproximações necessárias para as visitas às moradias indígenas

A temática sobre os povos e comunidades tradicionais (índios, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, entre outros) nas políticas sociais brasileiras e no serviço social é recente e decorre do aumento da questão social. Nesse sentido, as demandas para os profissionais também se ampliaram e exigem dos profissionais um conhecimento para apreender essa realidade e principalmente debater a respeito da inserção na pauta da agenda do Serviço Social brasileiro.

Sabemos que o/a assistente social teve, historicamente, seu campo profissional concentrado no espaço urbano. Todavia, esse campo profissional vem se ampliando, ultrapassando as fronteiras urbanas, seguindo o rastro do acirramento das desigualdades sociais no espaço rural, provocado pela expansão do grande capital nesse âmbito (CFESS, 2012, s/p).

A partir da aprovação da Constituição Federal em 1988, os direitos sociais indígenas aparecem como um importante marco regulatório, pois esses direitos abarcam desde a demarcação das terras. Sobre essa conquista dos Akwẽ-Xerente ao território, é importante compreender os conceitos de Terras indígenas e Território Indígena. Na constituição brasileira, está presente o direito dos indígenas de ocuparem as terras tradicionalmente onde viveram seus antepassados:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costume, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§1 São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Os estudos antropológicos afirmam que a diferença entre terra e território reside nas diferentes perspectivas e nos sujeitos envolvidos no processo de demarcação da terra, ou seja, a palavra terra não é sinônima de território:

[...] a noção de terra indígena diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sobre a égide do Estado, enquanto a de território remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial. (GALLOIS, 2004, p. 39).

A visita e o contato com as famílias possibilitaram as estudantes uma apreensão da realidade social da Aldeia Funil, ou seja, um contato, um mergulho na realidade que aos nossos olhos parece distante, no entanto está bem próxima de todos nós. Ainda contribuíram para que pudessem ser observadas e compreendidas as manifestações e expressões da questão social que ali se apresentam. A questão social *é também demonstrar as particulares formas de luta e de resistência, material e simbólica, acionadas pelos indivíduos sociais.* (IAMAMOTO, 2001, p. 59).

Para chegar às aldeias, tem-se que atravessar o rio Tocantins, seja de balsa seja pela estrada. Então se chega ao município de Tocantínia onde se localizam as terras indígenas, onde estão as aldeias que abrigam o povo Xerente, autodenominado de Akwẽ-Xerente. Funil é uma das aldeias que enfrentam muitos problemas sociais, entre eles o alcoolismo, que é associado à inserção de seus moradores à cidade de Tocantínia.

Nesse sentido, são muitos aspectos que merecem observação e estudo por parte dos assistentes sociais sobre essa realidade. Para melhor elucidar parte dessas

questões, encontramos o documento que trata da atenção e atuação pela política de assistência social para as famílias indígenas, a qual diz que

(...) a atuação dos técnicos deve ser pautada pelo respeito à diferença como direito assegurado aos povos indígenas. O CRAS deve ser a porta de entrada destes cidadãos ao SUAS. É aí que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família deve ser oferecido com vistas à superação de situações de vulnerabilidades e riscos que os afetam. (MDS, 2016, p. 9).

Ao longo da história, o Estado brasileiro adotou práticas coloniais de relacionamento com os povos e comunidades tradicionais (entre outros, índios, ribeirinhos, quilombolas, pescadores), e, no caso dos indígenas, defendeu a ideia de integração, sem respeitar as particularidades como língua, rituais e demais costumes.

Desde a Constituição Federal de 1988, os índios são reconhecidos como cidadãos diferenciados. Isso quer dizer que devemos respeitar sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Artigo 231). Assim, devem ser considerados como sujeitos que têm o direito de viver conforme suas culturas, nas suas terras ancestrais e de acordo com o que consideram o bem-viver. (BRASIL/MDS, 2016, p 8).

Relato das entrevistas: o que foi visto... e o que foi dito

A visita à aldeia teve seu início bem cedo em um sábado de aula, com a saída do campus de Miracema por meio do transporte da universidade, com destino à aldeia do Funil. Fazia muito calor, o sol estava muito quente, e duas professoras do curso de especialização acompanhavam as estudantes. Para a visita, foram inicialmente pactuadas algumas questões referentes à logística. O almoço seria lá. Para isso, foi combinado que a esposa de um estudante indígena da UFT cozinhasse a refeição. Assim, ela gentilmente preparou o almoço com os mantimentos levados pelo grupo.

O percurso do campus à aldeia leva ao todo aproximadamente duas horas. Quando se chega lá, é possível ver o percurso que todos os moradores fazem para chegar até a cidade, até mesmo os locais onde encontram os recursos sociais disponíveis. A estrada é longa e precária, o caminho é de terra e difícil, as aldeias são bem distantes da cidade de Tocantínia, e muitas delas também estão distante do rio Tocantins.

Com o objetivo de oportunizar as estudantes conhecer a realidade das famílias indígenas e compreender os serviços sociais que elas buscam e, ainda, identificar as

dificuldades que enfrentam no cotidiano de suas vidas na aldeia, como já dissemos, chegamos ao lócus de estudo.

Consideramos que para realizarmos uma pesquisa se faz necessário o “mergulho na realidade social do país”. (Iamamoto, 2001, p. 55). Ainda para a autora, um dos maiores desafios para o Serviço Social é não atuar apenas sobre a realidade, mas atuar na realidade. Portanto, um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto, é que pode ser considerado um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental. (GUERRA, 2009, p. 707).

Foi com essa direção que partimos para um levantamento preliminar sobre as condições de vida dos indígenas que vivem na Aldeia Funil. Por meio de visitas às moradias da aldeia, observamos a arquitetura das casas, que são de taipa e cobertas de palha, possuem energia elétrica e água encanada. A questão sanitária na aldeia também é visível, sobretudo pelo lixo produzido e o esgotamento sanitário, principalmente em relação às fossas, e a água das pias e dos tanques de lavar roupa são despejados nos quintais.

Com relação à composição familiar, os dados coletados revelam que a maioria das famílias é constituída por cônjuges de uniões heterossexuais, com filhos ou filhas.

Algumas famílias indígenas que foram entrevistadas, indígena, com 54 anos e analfabeta, não tem religião, vai a cidade para atendimentos de saúde e no CRAS, recebe do programa Bolsa Família, tem sete filhos e a maioria mora na aldeia. A entrevistada relatou que

[...] nunca recebeu visita de funcionários do CRAS ou BF, conta que tem suas necessidades atendidas, mas acha o benefício pouco e a atividade a qual gera renda é apenas costurar capim, na residência vive somente com o esposo e um dos filhos, mora ali desde a demarcação, não tem crianças na escola, não tem redes sociais, vai à cidade apenas fazer as compras e se considera bem recebida. Não participa de associações, faz visita a apenas uma Aldeia, onde tem um irmão. (J.X, 2018, s/p).

Nesta oportunidade, também foi entrevistada outra indígena de 37 anos, nascida na aldeia, é irmã do Cacique da aldeia, com oito filhos, todos em idade escolar. Contou-nos que na comunidade a escola oferece o Ensino até o 5º ano (ensino fundamental), para as crianças, mas os anos seguintes são concluídos na cidade de Tocantínia. As crianças vão para a escola por meio do transporte escolar municipal e gratuito e não há dificuldades em conseguir vagas. Ela estudou somente até o 7º ano do Ensino Fundamental. (E.X. 2018, s/p).

Ainda sobre a educação observou-se que a aldeia possui muitos jovens em idade escolar, e, além da escola local, tem o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã – Cemix, situado na T. I. Xerente, onde são ensinadas as disciplinas do currículo do ensino médio e mais duas línguas. (o Português e o Akwẽ).

Essa entrevistada disse que costuma ir pelo menos três vezes no mês à cidade fazer compras, no entanto afirmou que **não gosta da cidade, pois se sente discriminada**. (grifo nosso). Sobre o vínculo com o Território/Redes Sociais, ela afirma que tem um bom convívio com as aldeias vizinhas e possui dois (2) filhos que residem em aldeias próximas. Quanto às atividades, apesar de não possuir religião, participa da festa junina que é realizada na aldeia. A Área Funil é composta por seis aldeias, sendo uma prática os moradores se unirem durante as festas, como o Dasipê, conhecida também como festa cultural.

Com relação aos serviços públicos, os vínculos com os Serviços e Benefícios (CRAS/CREAS/Saúde/Educação), a entrevistada informou que possui apenas vínculos com a escola em que os filhos estudam no próprio município, com a Unidade Básica de Saúde e com o CRAS, visto que a família é Beneficiária do Programa Bolsa Família.

Em relação às atividades laborais que são exercidas pelas famílias indígenas, foi possível identificar que a principal fonte de renda da família é o artesanato de capim dourado, para complementar a renda. Alguns indígenas trabalham no cultivo de hortaliças e também na criação de gado e porco para venda.

Sobre a atenção em saúde para os indígenas o CFESS destaca:

Na política de Indígena, com uma estrutura própria do ponto de Saúde identificam-se maiores avanços e, em termos de normatização, o Sistema Único de Saúde (SUS) definiu uma política de Saúde específica para a população indígena, instituída pela Lei nº. 9.836/99 (Lei Arouca), de 23/9/1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde do ponto de vista da gestão, dos serviços e dos programas. (CFESS, 2012, s/p).

Nessa aldeia, também ouvimos sobre outro obstáculo entre as dificuldades apontadas, que é o acesso à Saúde e Assistência Social dentro da aldeia, visto que os profissionais dessas políticas realizam poucas visitas à aldeia e a família não possui transporte para se deslocar até a cidade em busca dos serviços sempre que necessitam.

Muitas das entrevistadas relatam que já foram ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Tocantínia procurar informações relacionadas ao

programa Bolsa Família, pois alegam que receberam o benefício durante um período, mas há um ano ele foi cancelado. Sobre a Saúde, foi informado que a equipe do Polo de Saúde Indígena realiza visitas periódicas na comunidade e que as medicações são de difícil acesso.

Com relação às questões de saúde, uma família entrevistada informou que quando precisa vai ao Polo Base de Saúde Indígena. A equipe de saúde realiza visitas às aldeias e quando os problemas de saúde dos pacientes não são sanados eles são encaminhados para o hospital. Essa família relata a demora das visitas da equipe da saúde na comunidade e também a falta de continuidade da assistência à saúde deles. Destacou que **é difícil o acesso às consultas médicas, principalmente com especialistas, assim como aos exames de imagens, além da falta de muitos medicamentos** (grifo nosso).

A fala de uma das entrevistadas, **“não cuidam bem da gente”**, relaciona-se à educação, com a falta dos materiais escolares para crianças e adolescentes. E com relação aos aspectos da atenção em saúde, **“falta quase tudo”** significa dizer que não tem medicamentos e a assistência médica é muito ruim e descontínua. (I.X, 2018).

Na Previdência Social, os indígenas são incorporados como “segurados especiais”, sendo-lhes assegurada a cobertura previdenciária quando incapacitados para a atividade laboral, dentre outras proteções. (CFESS, 2012, s/p.). Encontramos uma beneficiária do BPC, que mora numa casa com seu filho, portador de deficiência mental. Segundo ela, ele ficou daquele jeito desde menino; ela cuida dele com dificuldade, já que ele precisa de ajuda até para o banho, e ela conta com a ajuda dos filhos que moram por perto, pois seu esposo separou dela e não quer voltar para casa, apesar de morar na mesma aldeia. (A.X., 2018).

De acordo com a entrevistada, na aldeia tem uma igreja católica, mas ela não frequenta nenhuma religião e não participa de nenhuma associação. Relatou que **não gosta de ir à cidade e só vai quando precisar ir ao supermercado ou ao hospital**. (grifo nosso).

As principais atividades econômicas que os indígenas exercem na aldeia são: a agricultura, a caça e a pesca para o consumo, a confecção dos artesanatos de “capim dourado”, que são vendidos para Palmas, sendo esse o meio de sobrevivência da família. A última família entrevistada contou que a família recebe o benefício do programa Bolsa Família no valor de 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Um casal entrevistado nos informou que sua filha estuda na escola da aldeia e tem dificuldades de aprendizado, pois possui deficiência (mental). Eles recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC para pessoa com deficiência no valor de um salário mínimo. A senhora informou que cursou a 1ª série e o esposo frequentou a Educação de Jovens e Adultos – EJA, tendo cursado o ensino fundamental completo.

Outra reclamação dos participantes da entrevista foi a de que eles não possuem assistência dos profissionais do município. Até as informações sobre os seus benefícios e direitos não lhes são repassadas com facilidade. O benefício que a filha deficiente da entrevistada citada anteriormente recebe, disse o casal, foi obtido graças ao pai ter corrido atrás sozinho e tê-lo conseguido com muita dificuldade. Por fim, outra dificuldade enfrentada pela família na aldeia é a renda insuficiente para suprir as necessidades básicas da família, já que o Benefício Bolsa Família deveria ter um valor maior.

A situação econômica relatada pela maioria das pessoas entrevistadas foi de que a “família não tem renda fixa e que as principais atividades geradoras de fonte de renda para a manutenção dos gastos familiares são o artesanato e a agricultura familiar”.

Conclusões

Nas conclusões sobre o levantamento das necessidades das famílias indígenas da Aldeia Funil destacamos algumas questões que foram relatadas pelos moradores locais. Com relação à saúde, houve muitas reclamações sobre a falta de medicamentos de que eles precisam na farmácia da Unidade de Saúde, principalmente aqueles de alto custo.

Os indígenas falam sobre a necessidade do atendimento e o acompanhamento das famílias pelo poder público, como o CRAS e o CREAS, pois é muito difícil o deslocamento dessas famílias até a cidade de Tocantins, principalmente pela falta de transporte.

Outro item que destacamos são as dúvidas sobre o Cadastro Único/PBF. As famílias não sabem sobre os valores do PBF, ou seja, falta esclarecimento sobre essas questões.

Nesse sentido, identificamos muitas dificuldades enfrentadas pelas famílias da aldeia, desde a renda familiar insuficiente para suprir as necessidades básicas até a deficiência da atenção à saúde e assistência social. Portanto, compreender essa

realidade social que se apresenta com múltiplas diversidades é mais um desafio que se coloca para a defesa do projeto ético-político profissional para os assistentes sociais.

Em suma, as necessidades dos indígenas giram em torno da precariedade das estradas e da falta de transporte dentro da aldeia, de alimentação, de medicamentos e de atendimento da assistência social dentro da aldeia, visto que os profissionais da rede realizam poucas visitas na aldeia e as famílias não possuem transporte particular para se deslocarem até a cidade em busca dos serviços sempre que necessitam.

Referências

ARAÚJO, Rosemary Negreiros de. **Os Territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwe-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado**. 2016. 212f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). PPG/UFC, Fortaleza, CE, 2016.

BRASIL. **Trabalho Social com famílias indígenas: proteção social básica para uma oferta culturalmente adequada**. Brasília MDS, 2016.

CFESS. **Questão Indígena e Serviço Social**. Manifesta do Conselho Federal de Serviço Social. 2012.

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Terras ocupadas? Território? Territorialidades?** In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, v. p. 37-41.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª. Edição, São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, L. G. B. Os akwẽ-xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. 2016. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2017/Layanna_Tese_para_fichamento.pdf > Acesso em: 16 out. 2018.

MATOPIBA: destrói a natureza e seus povos. Cimi Regional Goiás/Tocantins. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Matopiba_folder-2016.pdf. Acesso em 31 maio 2019.

MELO, Valéria M. C. de Melo, GIRALDIN, Odair. **Os Akwẽ-Xerente e a busca pela domesticação da escola**. The Akwẽ-Xerente and their search for

domestication of the school. *Tellus*, ano 12, n. 22, jan./jun. 2012. Disponível em file:///C:/Users/Rosemary/Downloads/279-887-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. Editora Hucitec/Abrasco. 1999.

SCHROEDER, Ivo. **Política e parentesco nos Xerente**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, R. P. **Et al. A experiência de alunos do PET – Saúde com a saúde indígena e o programa Mais Médicos**. The experience of PET - Health students with indigenous health and the More Doctors Program. La experiencia de estudiantes del PET - Salud con la salud indígena y el programa Más Médicos. *Espaço Aberto*. *Interface* 19 (suppl 1) Ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1021>. Acesso em: 31 maio 2019.